

O COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista as deliberações do Colegiado, em sua reunião de 21 de junho de 2018, FAZ SABER aos interessados que **no período de 06 de agosto a 05 de setembro de 2018** estarão abertas as inscrições para a seleção de candidatos(as) indígenas e com deficiência aos cursos de MESTRADO e DOUTORADO, em cumprimento à Resolução no 02/2017, de 04 de abril de 2017, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG, que dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas da UFMG.

1. DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1.1. Para concorrer às vagas oferecidas neste edital, o candidato deverá, obrigatoriamente, comprovar sua condição de pessoa com deficiência ou indígena.

1.2. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias indicadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações, na súmula nº 377-STJ, de 22 de abril de 2009, e na Lei 12.764/2012.

1.3. Consideram-se indígenas os candidatos assim autodeclarados, que apresentarem declaração sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por pelo menos três lideranças reconhecidas de sua respectiva comunidade, ou declaração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atestando que o candidato reside em comunidade indígena.

2. DAS VAGAS

2.1. Serão oferecidas, para ingresso no primeiro semestre de 2019, 8 (oito) vagas para o Mestrado (4 (quatro) para indígenas e 4 (quatro) para pessoas com deficiência) e 8 (oito) vagas para o Doutorado (4 (quatro) para indígenas e 4 (quatro) para pessoas com deficiência), de acordo com a distribuição indicada na tabela do Anexo II.

2.2. A reserva de vagas destinada ao processo seletivo somente será aplicada aos(as) candidatos(as) que cumprirem os critérios exigidos em cada modalidade de vaga selecionada.

2.3. A opção de reserva de vagas só poderá ser feita no ato da inscrição ao processo seletivo, observado o período determinado para esse procedimento.

2.4. O(A) candidato(a) deverá, no momento da inscrição, fazer sua opção por **uma das 4 (quatro) linhas de pesquisa e por uma das Áreas de Estudos que as constituem**.

2.5. As vagas serão preenchidas pelos(as) candidatos(as) aprovados(as) que obtiverem melhor classificação, respeitando-se o limite máximo de vagas deste edital.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1. Antes de se inscrever no concurso, o candidato deverá tomar ciência do conteúdo deste Edital, incluindo os demais documentos que o integram, para certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

3.2. As inscrições deverão ser feitas mediante o preenchimento e envio do formulário de inscrição exclusivamente na página eletrônica do Programa (<https://pos.direito.ufmg.br/>). O Formulário de Inscrição, impresso e assinado, e os demais formulários e documentos listados no item 3.8 deste Edital, deverão ser enviados **pelo Correio, via Sedex, com indicação, na parte exterior do envelope, do número da Linha de Pesquisa, da Área de Estudos e a natureza da especificidade para a inscrição (se indígena ou se pessoa com deficiência)**, à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG, com endereço na Avenida João Pinheiro, nº 100 – 11º andar – Prédio I (Edifício Villas Bôas), Centro – Belo Horizonte, Minas Gerais – CEP: 30130-180. Alternativamente, será facultada a inscrição, mediante a entrega dos documentos, em envelope lacrado, com indicação, na parte exterior, do número da Linha de Pesquisa e da Área de Estudos objetivadas, na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG, unicamente nos horários das 9h às 12h e das 13h às 18h, de 2ª a 6ª feira, exceto em feriados e recessos acadêmicos.

3.3. O valor da taxa de inscrição, nos termos da Resolução nº 30, de 13 de dezembro de 2007, do Conselho Universitário da UFMG, é de R\$149,11 (cento e quarenta e nove reais e onze centavos). O pagamento dessa taxa deverá ser feito mediante Guia de Recolhimento da União (GRU) expedida pelo(a) candidato(a) no endereço https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp com os códigos indicados no **Anexo I** deste edital. Será dispensado do pagamento da taxa o(a) candidato(a) cuja situação econômica justifique a isenção, a qual deverá ser solicitada à Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP). Informações a respeito do pedido de isenção podem ser obtidas na página eletrônica www.fump.ufmg.br, diretamente na sede da FUMP, na Avenida Antônio Abrahão Caram, 610, São José – Belo Horizonte, Minas Gerais ou pelo telefone: (31) 3409-8400. Salvo caso de cancelamento ou de anulação do processo seletivo, em hipótese alguma será devolvido o valor da taxa de inscrição.

3.4. Integram o presente edital os **Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX**, todos igualmente publicados na página eletrônica do Programa (<https://pos.direito.ufmg.br/>), assim como os **formulários**: (a) Formulário de Inscrição do processo seletivo; b) Formulário Autodeclaração de pessoa com deficiência; c) Modelo de relatório do médico assistente (ou outro, desde que contenha todas as informações que constam do modelo); d) Formulário de solicitação de condições especiais para realizar a prova; e) Formulário de autorreconhecimento Indígena; f) Formulário de declaração de lideranças indígenas; g) Formulário de declaração de residência em território indígena. Demais informações e atos referentes ao presente concurso serão divulgados e publicados pela Secretaria do Programa, em seção específica do **Processo Seletivo 2019 – Edital Suplementar de Seleção** (Mestrado e Doutorado), na página eletrônica do Programa.

3.5. Em cumprimento à Resolução nº 02/2017, de 4 de abril de 2017, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE - da UFMG, que dispõe sobre a “Política de Ações Afirmativas para inclusão de pessoas negras, indígenas e com deficiência na Pós-Graduação ‘stricto sensu’ na Universidade”, para concorrer às vagas oferecidas neste edital, o(a) candidato(a) deverá, obrigatoriamente, comprovar sua condição de pessoa com deficiência ou indígena. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias indicadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações e na súmula nº 377-STJ, de 22 de abril de 2009 e Lei 12.764/2012. Consideram-se indígenas os(as) candidatos(as) assim autodeclarados(as), que apresentarem declaração sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por pelo menos três lideranças reconhecidas de sua respectiva comunidade, ou declaração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atestando que o(a) candidato(a) reside em comunidade indígena.

3.6. No ato da inscrição, o(a) candidato(a) com deficiência deverá anexar relatório médico que ateste o tipo de deficiência que apresenta, informar se necessita e quais medidas são necessárias para a realização das provas, demandas que serão atendidas segundo critérios de viabilidade e razoabilidade.

3.7. O(A) candidato(a) que declarar ter alguma deficiência, se classificado(a) no processo seletivo, deverá se submeter à perícia médica por órgão específico da UFMG. O ingresso do(a) candidato(a) com deficiência aprovado(a) no curso fica condicionado à caracterização de sua deficiência atestada pela perícia médica.

3.8. Para inscrição nas provas de seleção, o(a) candidato(o) deverá preencher o formulário de inscrição disponível na página eletrônica do Programa e enviá-lo eletronicamente, dentro do prazo estabelecido neste Edital, bem como encaminhar, nos moldes previstos no preâmbulo do presente Edital, para a Secretaria do Programa, os formulários e documentos encadernados e na seguinte ordem:

- a) versão preenchida, assinada e impressa do formulário de inscrição;
- b) comprovante de pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$149,11 (cento e quarenta e nove reais e onze centavos), ou comprovante de isenção obtida por procedimento de análise socioeconômica junto à FUMP;
- c) cópias simples, legíveis e sem rasura da cédula de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) para candidatos(as) brasileiros(as); para candidatos(as) estrangeiros(as), requer-se apenas cópia simples do passaporte;
- d) cópia simples (frente e verso), legível e sem rasura do diploma do curso de graduação expedido por estabelecimento oficial ou oficialmente reconhecido, ou documento equivalente, ou, ainda, documento que comprove estar o(a) candidato(a) em condições de se graduar **antes do término do período para registro acadêmico no curso de pós-graduação**;
- e) *curriculum vitae et studiorum* apresentado no padrão da Plataforma Lattes do CNPq (disponível em <http://www.cnpq.br>) em 3 (três) vias, anexadas ao Projeto de Pesquisa;
- f) **Projeto de Pesquisa** em 4 (quatro) vias, sendo uma delas em cd e as demais em volumes anexos, sobre tema específico da área de concentração do Programa com

indicação precisa da linha de pesquisa e a área de estudos, entre as relacionadas no quadro do **Anexo II** deste Edital, e detalhadamente descritas na página eletrônica do Programa (<https://pos.direito.ufmg.br/>). O Projeto de Pesquisa deverá conter os seguintes elementos: título, ainda que provisório, justificativa, revisão de bibliografia, objetivos do trabalho, esquema provisório ou índice preliminar, metodologia, cronograma de execução e bibliografia do projeto. No projeto, além de obras em língua portuguesa, o(a) candidato(a) deverá explicitar as estratégias de uso de bibliografia em idioma(s) estrangeiro(s), especialmente naqueles escolhidos(s) para a Seleção, incluindo a indicação fundamentada de obras estrangeiras nas quais já tenha realizado estudo preliminar. Tais elementos e requisitos encontram-se indicados no Art.18, §2º e §4º, do Regulamento do Programa de Pós-Graduação da UFMG, de 17 de setembro de 2013, também disponível na Seção “Normas Acadêmicas” na página eletrônica: (<https://pos.direito.ufmg.br/>).

g) no caso do(a) candidato(a) que concorre na condição de **indígena**, três cópias de **Memorial** no qual o(a) candidato(a) apresente sua trajetória de formação, justifique seu interesse pelo curso de Mestrado ou Doutorado no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG. O texto do Memorial deverá ter extensão mínima de 4 (quatro) páginas e máxima de 10 (dez) páginas, fonte Times New Roman de tamanho 12, espaço entre linhas 1,5; com margens (superior/inferior e esquerda/direita) de 2,5 cm em papel A4. Caso (a) candidato(a) faça uso de notas de rodapé em seu projeto, essas devem seguir a mesma formatação exigida neste item;

h) para concorrer como **candidato(a) com deficiência** os seguintes formulários preenchidos deverão ser apresentados: i) autodeclaração de pessoa com deficiência (Anexo III); ii) relatório do médico assistente (Anexo IV); iii) formulário de solicitação de condições especiais para realizar a prova (Anexo V);

i) para concorrer como **candidato(a) indígena** os seguintes formulários preenchidos, em modelo disponível na Secretaria e na página eletrônica do Programa (<https://pos.direito.ufmg.br/>), deverão ser apresentados: i) autorreconhecimento indígena (Anexo VI); ii) declaração assinada por pelo menos três lideranças indígenas (Anexo VIII) **ou** declaração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atestando que o(a) candidato(a) reside em comunidade indígena (Anexo VII).

3.9. No caso de candidato(a) estrangeiro(a) não residente no Brasil, o pagamento da taxa de inscrição poderá ocorrer até a data da realização da Prova Oral em sessão pública.

3.10. O deferimento ou indeferimento do pedido de inscrição será divulgado no dia **13 de setembro de 2018** na página eletrônica do Programa, por áreas de estudo e nível pretendidos (Mestrado ou Doutorado). Somente serão deferidos os pedidos que apresentarem documentação completa, nos termos do item 3.8 e forem remetidos à Secretaria do Programa **entre os dias 06 de agosto e 05 de setembro de 2018**.

3.11. Contra o indeferimento do pedido de inscrição, caberá recurso ao Colegiado do Programa no prazo de **2 (dois) dias úteis** a contar da publicação da decisão de indeferimento. O recurso poderá ser apreciado pela Comissão de Processo Seletivo *ad referendum* do Colegiado.

3.12. Todos e quaisquer documentos relativos à comprovação de proficiência em

língua(s) estrangeira(s), para fins da prova instrumental, para os(as) candidatos(as) com deficiência e para os(as) candidatos(as) indígenas, nos termos dos itens 5.2.3 e 5.3.3, deverão ser protocolados na Secretaria do Programa no período compreendido entre **25 de outubro a 09 de novembro de 2018**.

3.13. Os(as) candidatos(as) serão exclusivamente responsáveis pela exatidão e veracidade de informações prestadas no ato da inscrição e nas demais fases do processo seletivo, arcando com as consequências de eventuais erros, falhas, inconsistências ou omissões.

3.14. Com a inscrição, os(as) candidatos(as) manifestam conhecimento e tácita aceitação de todas as disposições deste Edital, das leis e regulamentos aplicáveis, e das instruções específicas do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG, das quais não poderá alegar desconhecimento em qualquer fase do Processo Seletivo e após sua conclusão.

3.15. O(A) candidato(a), em quaisquer atos procedimentais a serem praticados no curso do Processo Seletivo regido pelo presente Edital (inscrição, pedido de vista, apresentação de recursos, fornecimento de documentos e formulação de requerimentos diversos), poderá se fazer representar por procurador(a) regularmente constituído(a), mediante instrumento de procuração simples para o Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG, o(a) qual não poderá alegar desconhecimento em qualquer fase do Processo Seletivo e após sua conclusão.

3.16. A Coordenação do Programa poderá a seu critério e visando atender aos interesses públicos, fazer alterações neste Edital, as quais serão divulgadas na página eletrônica do Programa: <https://pos.direito.ufmg.br/>, em prazo hábil, por meio de editais complementares ou retificadores. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo seletivo.

4. DAS BANCAS EXAMINADORAS

4.1. Serão designadas bancas examinadoras constituídas por 3 (três) membros titulares e 1 (um) membro suplente para cada linha de pesquisa. O suplente somente participará do processo seletivo em caso de impedimento de um dos membros titulares.

4.2. Em até 48 (quarenta e oito) horas antes do início do processo seletivo, será divulgada na página eletrônica do Programa, a relação nominal dos membros titulares e suplentes das bancas examinadoras. No mesmo prazo, estarão disponíveis para consulta junto à Secretaria e divulgadas na página eletrônica do Programa as declarações de inexistência de impedimento ou de suspeição firmadas pelos examinadores.

5. DO PROCESSO SELETIVO

5.1. Disposições gerais

5.1.1. O Processo Seletivo para ingresso no Programa nos níveis de Mestrado e Doutorado compreende, para os(as) candidatos(as) com deficiência, as 3 (três) etapas a seguir descritas. As etapas de **Prova Escrita e Prova Oral, esta última em sessão pública**, serão realizadas sucessivamente, somente podendo realizar-se a Prova Oral após o lançamento e divulgação das notas da Prova Escrita na página eletrônica do Programa, com a indicação da hora e local para sua realização. A **Prova Instrumental de Língua Estrangeira** será realizada conforme as instruções do item 5.2.3 deste edital.

5.1.2. O Processo Seletivo para ingresso no Programa nos níveis de Mestrado e Doutorado compreende, para os(as) candidatos(as) indígenas, as 3 (três) etapas a seguir descritas. As etapas de avaliação de **Memorial e Projeto de Pesquisa e Prova Oral, esta última em sessão pública**, serão realizadas sucessivamente, somente podendo realizar-se a Prova Oral após o lançamento e divulgação das notas das avaliações de Memorial e Projeto de Pesquisa na página eletrônica do Programa, com a indicação da hora e local para sua realização. A **Prova Instrumental de Língua Estrangeira** será realizada conforme as instruções do item 5.3.3 deste edital.

5.1.3. A Banca Examinadora, em cada linha de pesquisa e nível (Mestrado ou Doutorado), atribuirá a cada etapa do exame de seleção (excetuando-se a etapa da Prova Instrumental de Língua Estrangeira) a pontuação de **0 (zero) a 100 (cem)**, considerando-se eliminados(as) os(as) candidatos(as) que não obtiverem nota igual ou superior a **70 (setenta)** nas provas escrita e oral, para os(as) candidatos(as) com deficiência, e na avaliação de Memorial e de projeto de pesquisa e na Prova Oral para os(as) candidatos(as) indígenas.

5.1.4. O(A) candidato(a) poderá interpor recurso para o Colegiado do Programa contra o resultado de cada etapa, em razão de legalidade ou de mérito. O prazo para interposição de recurso contra o resultado da Prova Escrita é de **2 (dois) dias úteis** a contar da publicação do resultado, podendo esse recurso ser apreciado pela Banca Examinadora *ad referendum* do Colegiado.

5.1.5. A não realização de qualquer das etapas do processo de seleção ocasionará a eliminação do(a) candidato(a).

5.2. Das Provas para candidatos(as) com deficiência

5.2.1. Da Prova Escrita

5.2.1.1. A Prova Escrita é de caráter eliminatório, com duração máxima de **3 (três) horas**, sem consulta de qualquer espécie, e versará sobre ponto sorteado em sessão pública, no início da prova, de uma ou mais referências temáticas ou bibliográficas, relativas à área de estudos de opção do candidato, quando de sua inscrição ao processo seletivo, na forma do **Anexo IX** deste edital. A(s) referência(s) sorteada(s) poderá(ão) ser desdobrada(s) em questões formuladas pela Banca

Examinadora, a seu critério, imediatamente após o sorteio do ponto, as quais serão comunicadas aos(as) candidatos(as).

5.2.1.2. A Prova Escrita ocorrerá às **14h do dia 01 de outubro de 2018**, devendo os(as) candidatos(as) se apresentar à sala designada para a realização da prova **impreterivelmente até as 13h30** do mesmo dia, conforme distribuição das salas, publicada previamente na página eletrônica do Programa e divulgada nos mapas afixados nas salas dos prédios da Faculdade de Direito da UFMG. O(A) candidato(a) que chegar após as 13h30 na sala designada para sua Prova Escrita será automaticamente eliminado do certame.

5.2.1.3. A Prova Escrita será individualizada apenas por número gerado eletronicamente, sem qualquer referência nominal. É vedado aos(as) candidatos(as) o lançamento à prova de qualquer dado identificador, sob pena de eliminação do concurso.

5.2.1.4. A identificação das provas escritas será realizada em sessão pública no dia **10 de outubro de 2018**. As informações sobre horário e local serão divulgadas na página eletrônica do Programa no dia **09 de outubro de 2018**.

5.2.1.5. O resultado da Prova Escrita será divulgado na página eletrônica do Programa no **dia 11 de outubro de 2018**.

5.2.2. Da Prova Oral em Sessão Pública

5.2.2.1. A Prova Oral, com caráter eliminatório e classificatório, será realizada em **sessão pública** e consistirá em **arguições orais** pela Banca Examinadora sobre o Projeto de Pesquisa e sua aderência à linha e área de estudo pretendidas.

5.2.2.2. Na avaliação serão considerados:

- a) definição clara e objetiva da problemática de pesquisa (20 pontos);
- b) domínio da bibliografia pertinente (10 pontos);
- c) consistência e coesão da redação e da exposição oral do projeto (10 pontos);
- d) capacidade de articulação entre dados e teoria (20 pontos);
- e) adequação à linha de pesquisa e à área de estudos (20 pontos);
- f) exequibilidade dentro de prazo para previsto as defesas segundo o regulamento do Programa (20 pontos).

5.2.2.3. Especificamente para candidatos(as) ao curso de **Doutorado**, na Prova Oral serão considerados, para efeito de avaliação da clareza e objetividade da problemática, os seguintes quesitos:

- a) Título, ainda que provisório;
- b) Justificativa;
- c) Estudo pretendidas;
- d) Revisão de bibliografia;
- e) Objetivos do trabalho;

- f) Esquema provisório do texto final;
- g) Metodologia;
- h) Cronograma de sua execução;
- i) Referências bibliográficas do projeto;
- j) Descrição das estratégias de inserção do projeto nas metas de internacionalização do Programa;
- k) Descrição das estratégias de inserção do projeto nas atividades dos cursos de Graduação da Faculdade de Direito, considerando o ensino, a pesquisa e/ou a extensão;
- l) Estratégias para difusão dos resultados parciais e finais;
- m) Além de obras em língua portuguesa, o(a) candidato(a) deverá explicitar as estratégias de uso de bibliografia em idioma(s) estrangeiro(s), especialmente naquele(s) escolhido(s) para a seleção, incluindo a indicação fundamentada de obras estrangeiras nas quais já tenha realizado estudo preliminar.

5.2.2.4. Somente participarão da Prova Oral os(as) candidatos(as) aprovados(as) na Prova Escrita indicada no item 5.2.1 supra.

5.2.2.5. A Prova Oral realizar-se-á entre os dias **25 de outubro a 09 de novembro de 2018**. A critério da Banca Examinadora, os(as) candidatos(as) poderão ser agrupados(as) de modo a facilitar o gerenciamento dos trabalhos de arguição.

5.2.2.6. As notas atribuídas serão fundamentadas por escrito ou oralmente, a critério da Banca Examinadora. Se preferir fundamentar sua decisão oralmente, a Banca o fará em sessão pública na data, hora e local informados até o término destas provas orais, em calendário divulgado na página eletrônica do Programa.

5.2.2.7. Apenas e tão-somente para fins de interposição de recurso, é facultada aos(às) candidatos(as) a gravação das sessões públicas das provas orais e, se for o caso, da sessão de fundamentação, tal como indicada no item 5.2.2.6 acima.

5.2.3 Das Provas Instrumentais de Língua Estrangeira

5.2.3.1. Requer-se **1 (uma)** Prova Instrumental de Língua Estrangeira para os(as) candidatos(as) em nível de mestrado e **2 (duas)** para os(as) candidatos(as) em nível de doutorado, à escolha dos(as) candidatos(as) entre os idiomas **alemão, francês, italiano, inglês e espanhol**. Em cada uma das provas, o desempenho mínimo exigido é de **60% (sessenta por cento)**.

5.2.3.2. As provas instrumentais de língua estrangeira têm caráter eliminatório e a nota obtida pelo(s) candidato(s) aprovado(s) não será computada na classificação final para a admissão ao programa.

5.2.3.3. A proficiência em língua estrangeira será atestada por meio de exame aplicado pelo Centro de Extensão da Faculdade de Letras da UFMG (CENEX) em conformidade com o disposto na Resolução 8/2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFMG. São de total responsabilidade dos(as) candidatos(as) a

inscrição e as providências para essas provas. As informações estão disponíveis na página eletrônica do CENEX: <http://www.cenex.letras.ufmg.br/>.

5.2.3.4. Serão dispensados(as) da prova instrumental aplicada pelo CENEX os(as) candidatos(as) que a tenham prestado e nela obtido resultado mínimo de **60% (sessenta por cento) em data não anterior a 05 de agosto de 2015**.

5.2.3.5. Os(as) candidatos(as) deverão protocolar na Secretaria do Programa, no período de **25 de outubro a 09 de novembro de 2018**, o(s) certificado(s) de aprovação nas provas instrumentais requeridas, **sob pena de eliminação**.

5.2.3.6. Ficarão dispensados(as) da Prova Instrumental de Língua Estrangeira os(as) candidatos(as) portadores dos seguintes certificados de proficiência ou diplomas, desde que expedidos em data não anterior a **05 de agosto de 2015**:

a) para língua inglesa: TOEFL (teste com resultado mínimo 79 pontos se executado pela internet; 213 pontos se por computador e 550 pontos se em papel) e IELTS (pontuação igual ou maior que 6);

b) para língua francesa: DELF; DALF; DFP; DFP Juridique e NANCY;

c) para língua alemã: TestDaF; Goethe-Zertifikat C1 e C2; Zentrale Oberstufenprüfung – ZOP; Kleine Deutsche Sprachdiplom – KDS e Großes Deutsches Sprachdiplom – GDS;

d) para língua italiana: CILS (níveis 3 e 4); CELI (níveis 4 e 5) e TRE IT e

e) para língua espanhola: Diplomas de Español como Lengua Extranjera – DELE (nível C2/Maestria).

5.2.3.7. O(A) candidato(a) com deficiência auditiva que possuir libras como primeira língua deverá realizar uma prova de proficiência em língua portuguesa (para o mestrado) e prova de língua portuguesa e de uma língua estrangeira (**alemão, francês, italiano, inglês ou espanhol** - para o doutorado), e estará dispensado(a) de realizar a prova de outra língua estrangeira.

5.2.3.8. Os(as) candidatos(as) portadores dos certificados ou diplomas indicados nos termos do item 5.2.3.6 acima deverão apresentá-los na secretaria do Programa no período de **25 de outubro a 09 de novembro de 2018**.

5.2.3.9. A compilação dos resultados das provas instrumentais estará disponível na página eletrônica do Programa no dia **19 de novembro de 2018**.

5.3. Das Provas para candidatos(as) indígenas

5.3.1. Da avaliação de Memorial e de Projeto de Pesquisa.

5.3.1.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório, serão avaliados o Memorial e o Projeto de Pesquisa apresentados pelo(a)s candidato(a)s no momento da inscrição. A nota será o resultado da média obtida na avaliação do Memorial e do Projeto de Pesquisa. A nota mínima para aprovação nesta etapa é de 70 (setenta) pontos.

5.3.1.2. Para a avaliação do Memorial serão consideradas:

- a) clareza na demonstração da inserção do(a) candidato(a) numa comunidade ou povo indígena específico – 30 pontos;
- b) a trajetória formativa do(a) candidato(a) – 40 pontos;
- c) a justificativa de seu interesse pelo ingresso no Programa – 30 pontos.

5.3.1.3. Para a avaliação do Projeto de Pesquisa serão consideradas:

- a) definição clara e objetiva da problemática de pesquisa (20 pontos);
- b) domínio da bibliografia pertinente (10 pontos);
- c) consistência e coesão da redação e da exposição oral do projeto (10 pontos);
- d) capacidade de articulação entre dados e teoria (20 pontos);
- e) adequação à linha de pesquisa e à área de estudos (20 pontos);
- f) exequibilidade dentro de prazo para previsto as defesas segundo o regulamento do Programa (20 pontos).

5.3.1.4. O resultado da avaliação será publicado na página eletrônica do Programa **no dia 11 de outubro de 2018.**

5.3.2. Prova oral

5.3.2.1. A Prova Oral, com caráter eliminatório e classificatório, será realizada em **sessão pública** e consistirá em **arguições orais** pela Banca Examinadora sobre o Memorial e o Projeto de Pesquisa. A nota mínima para aprovação é de 70 (sessenta) pontos.

5.3.2.2. Na arguição oral serão consideradas:

- a) capacidade de expressão e sustentação oral do problema de investigação proposto – 20 pontos;
- b) sustentação oral da metodologia do Projeto de Pesquisa – 30 pontos;
- c) capacidade de resposta adequada às questões levantadas pela banca sobre o Projeto de Pesquisa e o Memorial – 20 pontos;
- d) articulação da trajetória com o Projeto de Pesquisa proposto evidenciada pelo Memorial – 20 pontos;
- e) demonstração de interesse e envolvimento intelectual na perspectiva da linha de pesquisa e da área de estudos -10 pontos.

5.3.2.3. A Prova Oral será realizada entre os dias **25 de outubro e 09 de novembro de 2018**, de acordo com escala divulgada previamente pela Secretaria.

5.3.2.4. Esta avaliação poderá também ser realizada à distância, utilizando Skype, para candidato(a) residente fora da região metropolitana de Belo Horizonte ou residente em outro país, desde que solicitado no ato da inscrição, com indicação, no formulário de inscrição, do endereço eletrônico (Skype). O(A) candidato(a) se responsabilizará por testar a conexão com o Programa, quando solicitado, garantindo banda de internet com velocidade compatível para emissão de som e imagem em tempo real. O Programa não se responsabilizará por problemas na conexão por parte do(a) candidato(a).

5.3.2.5. As notas atribuídas serão fundamentadas por escrito ou oralmente, a critério da Banca Examinadora. Se preferir fundamentar sua decisão oralmente, a Banca o fará em sessão pública na data, hora e local informados até o término destas provas orais, em calendário divulgado na página eletrônica do Programa.

5.3.2.6. Apenas e tão somente para fins de interposição de recurso, é facultada aos (às) candidatos(as) a gravação das sessões públicas das provas orais e, se for o caso, da sessão de fundamentação, tal como indicada no item 5.3.3.5 acima.

5.3.3. Das Provas Instrumentais de Língua Estrangeira

5.3.3.1. Requer-se **1 (uma)** Prova Instrumental de Língua Estrangeira para os(as) candidatos(as) indígenas em nível de mestrado e **2 (duas)** para os(as) candidatos(as) indígenas em nível de doutorado, à escolha dos(as) candidatos(as) entre os idiomas **alemão, francês, italiano, inglês e espanhol**. Em cada uma das provas, o desempenho mínimo exigido é de **60% (sessenta por cento)**.

5.3.3.2. As provas instrumentais de língua estrangeira têm caráter eliminatório e a nota obtida pelos(as) candidatos(as) aprovados(as) não será computada na classificação final para a admissão ao programa.

5.3.3.3. A proficiência em língua estrangeira será atestada por meio de exame aplicado pelo Centro de Extensão da Faculdade de Letras da UFMG (CENEX) em conformidade com o disposto na Resolução 8/2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFMG. São de total responsabilidade dos(as) candidatos(as) a inscrição e as providências para essas provas. As informações estão disponíveis na página eletrônica do CENEX: <http://www.cenex.letras.ufmg.br/>.

5.3.3.4. Serão dispensados(as) da prova instrumental aplicada pelo CENEX os(as) candidatos(as) que a tenham prestado e nela obtido resultado mínimo de **60% (sessenta por cento)** em **data não anterior a 05 de agosto de 2015**.

5.3.3.5. O(A) candidato(a) indígena que não possuir o português como língua materna deverá realizar uma prova de proficiência em língua portuguesa (para o mestrado) e prova de língua portuguesa e de uma língua estrangeira (**alemão, francês, italiano, inglês ou espanhol** - para o doutorado), e estará dispensado(a) de realizar a prova de outra língua estrangeira.

5.3.3.6. Os(as) candidatos(as) deverão protocolar na Secretaria do Programa, no período de **25 de outubro a 09 de novembro de 2018**, o(s) certificado(s) de aprovação nas provas instrumentais requeridas, **sob pena de eliminação**.

5.3.3.7. Ficarão dispensados(as) da Prova Instrumental de Língua Estrangeira os(as) candidatos(as) portadores dos seguintes certificados de proficiência ou diplomas, desde que expedidos em data não anterior a **05 de agosto de 2015**:

a) para língua inglesa: TOEFL (teste com resultado mínimo 79 pontos se executado pela internet; 213 pontos se por computador e 550 pontos se em papel) e IELTS (pontuação igual ou maior que 6);

- b) para língua francesa: DELF; DALF; DFP; DFP Juridique e NANCY;
- c) para língua alemã: TestDaF; Goethe-Zertifikat C1 e C2; Zentrale Oberstufenprüfung – ZOP; Kleine Deutsche Sprachdiplom – KDS e Großes Deutsches Sprachdiplom – GDS;
- d) para língua italiana: CILS (níveis 3 e 4); CELI (níveis 4 e 5) e TRE IT e
- e) para língua espanhola: Diplomas de Español como Lengua Extranjera – DELE (nível C2/Maestria).

5.3.3.8. Os(as) candidatos(as) portadores dos certificados ou diplomas indicados nos termos do item 5.2.3.7 acima deverão apresentá-los na secretaria do Programa no período de **25 de outubro a 09 de novembro de 2018**.

5.3.3.9. A compilação dos resultados das provas instrumentais estará disponível na página eletrônica do Programa no dia **19 de novembro de 2018**.

6. DA PARTICIPAÇÃO COMO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

6.1. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições previstas no Decreto Nº 3.298/99, participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos(as) no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, ao horário e local de aplicação das provas, se for o caso, e à nota mínima exigida para todos(as) os(as) candidatos(as).

6.2. Do relatório médico assistente

6.2.1. O relatório médico assistente e exames complementares deverão obedecer às seguintes exigências:

- a) no relatório médico assistente deverá constar o nome e o número do documento de identificação do(a) candidato(a), o nome, o número do registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e a assinatura do médico responsável pela emissão do relatório;
- b) o relatório médico assistente deverá descrever a espécie de deficiência, bem como a sua provável causa, com expressa referência ao código correspondente da classificação internacional de doenças (CID 10);
- c) no caso de pessoa surda ou com deficiência auditiva, o laudo médico deverá vir acompanhado do original do exame de audiometria e do relatório do otorrinolaringologista, informando se a perda auditiva do(a) candidato(a) é passível de alguma melhora com uso de prótese;
- d) no caso de pessoa com deficiência visual, o laudo deverá vir acompanhado do original do exame de acuidade visual em ambos os olhos (AO), com e sem correção e de campo visual se for o caso;
- e) no caso de pessoa com outras deficiências, o laudo poderá vir acompanhado de exames de imagem ou outros que corroborem para o diagnóstico.

7. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1. Aos(às) candidatos(as) com deficiência são asseguradas condições especiais para realização das provas (Anexo V).

7.2. A solicitação de condições especiais será atendida mediante análise prévia do grau de necessidade, segundo critérios de viabilidade e razoabilidade.

7.3. O(a) candidato(a) que solicitar qualquer condição especial e não apresentar o relatório médico terá o pedido de condições especiais indeferido e não poderá realizar as provas em caráter especial.

7.4. A omissão do(a) candidato(a) de solicitar condições especiais implica a realização das provas em igualdade de condições com os demais candidatos, não sendo concedido qualquer atendimento especial no dia da prova.

7.5. Os(as) candidatos(as) que possuam alguma deficiência e que necessitem de tempo adicional para fazer as provas deverão declarar no ato da inscrição a opção por tempo adicional;

7.6. O(a) candidato(a) que, em razão da deficiência, necessitar de tempo adicional para fazer as provas deverá solicitar ao especialista da área de sua deficiência que expresse, detalhadamente, no relatório médico a justificativa para concessão dessa condição especial.

7.7. O(a) candidato(a) que não apresentar o relatório médico com a justificativa para concessão do tempo adicional ou aquele que apresentar relatório no qual o médico descreva que o(a) candidato(a) não necessita desse tempo terá o pedido indeferido.

7.8. O tempo adicional para a realização das provas será de até uma hora.

7.9. O(a) candidato(a) com deficiência que, no ato da inscrição, não solicitar o tempo adicional, embora o médico prescreva no relatório a necessidade desse tempo, terá a sua vontade respeitada.

7.10. O(a) candidato(a) que em razão da deficiência necessitar de outras condições especiais para realização das provas, excluindo-se o atendimento domiciliar, deverá proceder de acordo com o especificado neste Edital.

8. DO RESULTADO FINAL E PRELIMINAR

8.1. A divulgação dos resultados finais, observando a classificação definida na Prova Oral, será feita na página eletrônica do Programa no dia **19 de novembro de 2018**.

8.2. Os(as) candidatos(as) poderão interpor recurso ao Colegiado contra o resultado da Prova Oral e da decisão da Banca Examinadora sobre pedidos de dispensa das provas instrumentais, nos termos do Regimento Geral da Universidade e da Resolução nº 13/2010, de 11 de novembro de 2010, do Conselho Universitário da

UFMG, em até **10 (dez) dias corridos** a contar da divulgação dos resultados. Durante esse prazo, as provas e planilhas de pontuação ficarão à disposição junto à Secretaria do Programa. A pedido dos(as) candidatos(as), serão entregues, mediante recibo, cópias dos documentos pertinentes.

8.3. Durante o período de recurso será facultado ao candidato o acesso às suas respectivas avaliações.

8.4. Se houver alteração da classificação geral dos candidatos por força de provimento de algum recurso, ocorrerá uma reclassificação e será considerada válida a classificação retificada.

8.5. O Colegiado apreciará os recursos e homologará o concurso até o dia **06 de dezembro de 2018**.

8.6. Os(as) candidatos(as) indígenas serão ordenados segundo a sequência decrescente da nota final, com a indicação de resultado: **“aprovado(a) e classificado(a)”** ou **“aprovado(a), mas não-classificado(a)”** ou **“reprovado(a)”**. Serão admitidos(as) os(as) candidatos(as) aprovados(as) e classificados(as) por ordem decrescente da nota final nas vagas de indígena, até o limite das vagas disponibilizadas neste Edital.

8.7. Os(as) candidatos(as) com deficiência serão ordenados(as) segundo a sequência decrescente da nota final, com a indicação de resultado: **“aprovado(a) e classificado(a), condicionado à constatação pela perícia médica da UFMG”** ou **“aprovado(a) condicionado(a) à constatação pela perícia médica da UFMG, mas não-classificado”** ou **“reprovado(a)”**. Serão admitidos(as) os(as) candidatos(as) aprovados(as) e classificados(as) e que tiverem a condição de pessoa com deficiência constatada pela perícia médica da UFMG por ordem decrescente da nota final nas vagas de candidatos(as) com deficiência, até o limite das vagas disponibilizadas neste Edital.

8.8. Como critério de desempate será utilizada a nota da Prova Escrita, para os(as) candidatos(as) com deficiência, e a nota de Memorial e Projeto de Pesquisa, para os(as) candidatos(as) indígenas. Subsistindo o empate, a definição se dará por sorteio em sessão pública.

8.9. Havendo desistência de candidato(a) indígena aprovado(a), a vaga será preenchida pelo(a) candidato(a) indígena aprovado(a) e classificado(a) em ordem decrescente de nota final.

8.10. Havendo desistência de candidato(a) com deficiência aprovado(a), a vaga será preenchida pelo(a) candidato(a) com deficiência classificado em ordem decrescente de nota final.

8.11. Não havendo candidato(a) indígena aprovado(a) em número suficiente para o preenchimento das vagas suplementares previstas pelo Programa, as vagas remanescentes serão desconsideradas.

8.12. Poderá haver aproveitamento das vagas previstas e não preenchidas numa linha de pesquisa com candidatos(as) indígenas, aprovados(as) e não classificados(as) em outra linha de pesquisa, ouvida a PRPG.

8.13. Não havendo candidato(a) com deficiência aprovado(a) em número suficiente para o preenchimento das vagas suplementares previstas pelo Programa, as vagas remanescentes serão desconsideradas.

8.14. Poderá haver aproveitamento das vagas previstas e não preenchidas numa linha de pesquisa com candidatos(as) com deficiência, aprovados(as) e não classificados(as) em outra linha de pesquisa, ouvida a PRPG.

9. DO REGISTRO E DA MATRÍCULA

9.1. Os(as) candidatos(as) aprovados(as) e classificados(as) deverão efetuar **entre os dias 10 e 12 de dezembro de 2018**, exclusivamente pela Internet, o seu cadastro prévio mediante o preenchimento de formulário disponível na página eletrônica <https://sistemas.ufmg.br/cadastroprevio>. O Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) tomará as providências para efetuar o registro acadêmico após o recebimento na forma exigida (cópias legíveis e sem rasuras) da documentação completa dos(as) candidatos(as) selecionados(as) e da ficha de cadastro prévio.

9.2. O(A) candidato(a) com deficiência aprovado(a) e classificado(a) no processo seletivo somente poderá realizar o seu cadastro prévio após o resultado de constatação da condição de pessoa com deficiência pela perícia médica da UFMG.

9.3. Para realização da matrícula o(a) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a) brasileiro(a) deverá protocolar na Secretaria do Programa, **entre os dias 10 e 12 de dezembro de 2018**, os seguintes documentos:

- a. CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- b. Documento de Identidade com validade nacional (RG, Carteira emitida por órgão de classe com validade nacional, Carteira de Trabalho (página de identificação), CNH dentro da validade, Identidade expedida por Ministério Militar, Identidade Policial Militar);
- c. Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- d. Certidão de quitação eleitoral, não serão aceitos comprovantes individuais de votação ([clique aqui](http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral) para retirar sua certidão on-line ou vá ao seguinte endereço eletrônico: <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);
- e. Documento militar válido (apenas candidato do sexo masculino), com informação de cumprimento das obrigações correspondentes e atualizado nos casos aplicáveis.
- f. Comprovante de residência (em nome próprio ou de outrem);
- g. Comprovante de conclusão de curso de graduação reconhecido pelo MEC (diploma registrado, certificado ou declaração informando que o aluno concluiu o curso. Em caso de certificado ou declaração, deve constar a data da colação de grau. Não serão aceitas declarações com previsão, seja de conclusão, seja de colação de grau);

9.4. Para curso de graduação concluído no exterior, deverá ser apresentada cópia do diploma de curso de graduação com a devida legalização consular, conforme legislação vigente, sendo necessária tradução juramentada para o português do diploma de curso de graduação, exceto para diplomas cujos originais foram emitidos em espanhol, inglês, francês.

9.5. Para realização da matrícula o(a) candidato(a) estrangeiro(a) aprovado(a) e classificado(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a. CPF (Cadastro de Pessoa Física) ([clique aqui](http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/outros-servicos/cpf) ou vá ao endereço eletrônico - <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/outros-servicos/cpf> - para obter informações sobre como obter CPF no exterior ou entre em contato com a Repartição Consular Brasileira mais próxima);

b. Passaporte, com visto válido de entrada no Brasil ou registro nacional de estrangeiro (RNE);

c. Cédula de Identidade de Estrangeiro emitida pela Polícia Federal - RNE (Registro Nacional de Estrangeiro) ou impressão de tela do Sincro (Sistema de Cadastro e Registro de Estrangeiro), devidamente válida, carimbada e assinada por agente da Polícia Federal;

d. Comprovante de residência no Brasil (em nome próprio ou de outrem);

e. Comprovante de conclusão de curso de graduação reconhecido pelo MEC (diploma registrado, certificado ou declaração informando que o aluno concluiu o curso. Em caso de certificado ou declaração, deve constar a data da colação de grau. Não serão aceitas declarações com previsão, seja de conclusão, seja de colação de grau);

9.6. Em caso de vencimento do visto, ou de proximidade de vencimento igual ou inferior a 30 dias, deve ser apresentada também cópia do protocolo de prorrogação emitido pela Polícia Federal.

9.7. Para curso de graduação concluído no exterior, deverá ser apresentada cópia do diploma de curso de graduação com a devida legalização consular, conforme a legislação vigente, sendo necessária tradução juramentada para o português do diploma de curso de graduação, exceto para diplomas cujos originais foram emitidos em espanhol, inglês, francês.

9.8. A documentação completa dos(as) candidatos(as) selecionados(as) será enviada ao DRCA pela Secretaria **até o dia 12 de fevereiro de 2019**.

9.9. Os(as) candidatos(as) que, no ato da inscrição, tiverem apresentado documento comprobatório de estarem em condições de concluir o curso de graduação antes do período para registro acadêmico na pós-graduação deverão entregar à Secretaria do Programa até o dia **08 de fevereiro de 2019** documento que comprove a conclusão do curso de graduação (cópia do diploma de graduação, expedido por estabelecimento oficial ou oficialmente reconhecido, ou declaração de conclusão de curso em que conste a data da colação do grau). Não serão aceitas declarações com previsão de conclusão ou de colação.

9.10. É vedado o registro acadêmico simultâneo em mais de um curso de graduação, de pós-graduação ou em ambos os níveis, conforme o disposto no art. 39, § 2º, do Regimento Geral da UFMG, cada aluno terá direito a um único registro acadêmico, correspondente a uma só vaga no curso em que foi admitido na UFMG.

9.11. Independentemente de notificação, perderá o direito à vaga e será considerado desistente o(a) candidato(a) classificado(a) que não efetuar o cadastro prévio na data designada ou deixar de apresentar qualquer dos documentos solicitados neste Edital. O preenchimento da vaga será feito mediante convocação de outros(as) candidatos(as) aprovados(as), observada a ordem de classificação segundo a ordem decrescente de pontos obtidos no concurso, até a data limite para envio da documentação ao DRCA.

9.12. A matrícula dos(as) candidatos(as) aprovados(as) e classificados(as) será realizada no Sistema Acadêmico da Pós-Graduação, de acordo com orientação da Secretaria do Programa e em data a ser divulgada, observado o calendário acadêmico da Universidade.

9.13. O Registro Acadêmico e a matrícula dos candidatos com deficiência serão efetuados após o resultado da perícia médica, conforme registrado no item 3.7 desse Edital.

9.14. Por ocasião da matrícula, os alunos deverão firmar **declaração de autorização para publicação de sua tese ou dissertação** na biblioteca digital da UFMG. Ao final do curso, a dissertação ou tese será incorporada à produção intelectual do Programa e, como tal, disponibilizada na íntegra na internet.

9.15. Casos não previstos no presente edital serão dirimidos pela Banca Examinadora, pela Coordenação e pelo Colegiado do Programa no âmbito de suas respectivas competências.

Belo Horizonte, 01 de agosto de 2018.

Professor Titular Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito
Universidade Federal de Minas Gerais